



SABERES AGROECOLÓGICOS E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS: AS MULHERES CAMPONESAS COMO SUJEITOS DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS SOB A PERSPECTIVA DA ECOLOGIA POLÍTICA

Amanda de Bem Crescêncio¹
Elves de Bem Crescêncio²

O presente estudo tem como objeto principal de pesquisa entender como os saberes agroecológicos e as práticas sustentáveis das mulheres camponesas se constituem como formas de ação coletiva de resistência socioambiental. Nesse sentido, foi formulado o seguinte problema de pesquisa: como os saberes e práticas agroecológicas das mulheres camponesas se constituem como formas de resistência e ação coletiva, à luz das novas teorias dos movimentos sociais e da ecologia política? Para abordar essa questão, definiu-se como objetivos específicos: a) compreender de que modo os saberes e práticas agroecológicas das mulheres camponesas expressam valores de sustentabilidade e resistência ao modelo capitalista de exploração da natureza; b) analisar como a atuação das mulheres se articula com os princípios e características dos novos movimentos sociais; c) relacionar as experiências das mulheres camponesas à ecologia política, evidenciando a construção de uma racionalidade ecológica. A presente pesquisa utilizará o método de abordagem dedutivo e pesquisa do tipo qualitativa, utilizando-se da revisão bibliográfica e documental, permitindo apresentar relevância jurídica, social e científica, ao identificar alternativas socioambientais baseadas na justiça e na valorização dos saberes tradicionais das mulheres do campo.

A crise socioambiental manifestada pelo esgotamento dos recursos naturais e pelo aprofundamento das desigualdades sociais, coloca em dúvida o paradigma produtivista da modernidade e sua lógica de exploração ilimitada. Nesse cenário, a agroecologia surge não apenas como um modelo técnico alternativo de produção agrícola, mas como um campo de resistência política, que desafia a racionalidade capitalista e o apagamento dos saberes tradicionais. Em contraposição ao paradigma produtivista, orientado pela monocultura, pela mercantilização da vida e pela concentração fundiária, a agroecologia propõe uma lógica sustentada na diversidade, na reciprocidade e na valorização dos saberes tradicionais. Nesse

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD), Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC). E-mail: amandabrcres@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0003-7569-1256>.

² Bacharel em Direito pela Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Criciúma/SC. E-mail: elvescrescencioadv@gmail.com.



cenário, as práticas agroecológicas desenvolvidas por mulheres camponesas assumem centralidade, pois articulam cuidado, território e produção de alimentos como dimensões inseparáveis de um projeto de sustentabilidade que desafia as estruturas econômicas e patriarcais dominantes.

Essa perspectiva exige questionar a ideia de que apenas o conhecimento científico moderno é legítimo. Nesse sentido, Vandana Shiva (2003) sustenta que esse modelo científico passou a ser considerado como o único saber válido, enquanto os outros conhecimentos, especialmente aqueles produzidos por comunidades rurais e tradicionais, foram desvalorizados ou excluídos. Ao se apresentar como universal e superior, a ciência moderna estabelece uma hierarquia entre os saberes, atribuindo maior credibilidade ao conhecimento técnico e acadêmico e menor importância aos saberes baseados na experiência e na tradição.

Essa hierarquização dos saberes se materializa concretamente no sistema agrícola contemporâneo. A ciência moderna mostra que a produção de sementes orientada somente pelas demandas do mercado reduz sua utilidade a critérios de produtividade e padronização, desconsiderando qualquer aspecto ecológico, cultural e social. Os impactos ambientais gerados por esse sistema, como a perda da biodiversidade e a degradação do solo, são frequentemente tratados como “externalidade”, além de estabelecer uma hierarquia simbólica que classifica as sementes tradicionais, desenvolvidas ao longo de gerações por mulheres agricultoras, como “primitivas” (Shiva, 2003).

Nesse contexto, torna-se fundamental identificar os sujeitos que sustentam essas práticas no cotidiano rural. Por isso, a relação entre mulheres, natureza e produção da vida assume papel fundamental para compreender a dimensão social e ambiental dessas práticas.

Silva (2023, p. 150) reconhece a relevância dos saberes das mulheres agricultoras e afirma:

As mulheres camponesas utilizam seus saberes e conhecimentos para a manutenção de suas lavouras, são técnicas ainda rudimentares, mas que demonstram como as mulheres camponesas não são um sujeito estático, que espera acontecer. Pelo contrário, elas utilizam as poucas ferramentas que têm para trazer melhorias aos seus cultivos e para seus familiares.

Quando mostram seu cuidado, sua produção e preservação ambiental, essas mulheres reafirmam práticas que desafiam silenciosamente a lógica produtivista dominante e demonstram que a sustentabilidade se constrói no cotidiano, a partir de experiências concretas e saberes compartilhados. Assim, a presença feminina na agroecologia revela dimensões que



ultrapassam o âmbito econômico ou ambiental, envolvendo também formas de organização, pertencimento e reconhecimento no espaço rural.

Durante muito tempo, a mulher camponesa foi identificada apenas como auxiliar do trabalho masculino ou restrita ao espaço doméstico, mesmo quando sua atuação era decisiva para a produção, a conservação de sementes e a organização da vida comunitária. Essa condição de invisibilidade não decorre da ausência de participação, mas de estruturas sociais e simbólicas que limitaram seu reconhecimento público.

Para exemplificar essa trajetória de invisibilidade, Carrasco (2003) recorre à analogia da “mão invisível”, formulada por Adam Smith, para interpretar um fenômeno social fundamental relacionado à divisão sexual do trabalho. A autora evidencia a separação da sociedade em duas esferas: a pública, tradicionalmente associada ao masculino, que é socialmente reconhecida e valorizada por concentrar o poder, o prestígio e o êxito nas dimensões políticas, econômicas e sociais; e a privada, vinculada ao feminino, na qual se situam as atividades de cuidado, como o trabalho doméstico, a criação dos filhos e a manutenção dos vínculos necessários à reprodução da vida. Essas atividades, embora essenciais para o funcionamento da sociedade, permanecem historicamente invisibilizadas e desvalorizadas. Carrasco ressalta ainda, que o trabalho realizado na esfera privada constitui uma base indispensável de sustentação das atividades reconhecidas e legitimadas na esfera pública, especialmente aquelas desempenhadas pelos homens, revelando a interdependência estrutural entre ambas as esferas, apesar do reconhecimento desigual que recebem.

A partir desse processo de reconhecimento de sua centralidade produtiva e cultural, as mulheres camponesas passam também a se perceber como sujeitas de direitos, rompendo gradualmente com a identidade historicamente imposta de “ajudantes” para afirmar-se como agricultoras, trabalhadoras e protagonistas do meio rural. Esse deslocamento simbólico é igualmente político: ao reconhecer que o espaço que ocupam na produção e na reprodução da vida já lhes pertence, torna-se imperativo reivindicar visibilidade institucional, acesso a políticas públicas, titularidade da terra e participação nos espaços decisórios.

Emma Siliprandi (2002), identificou que as mulheres demonstram interesse em ampliar sua participação social e política, buscando intervir nas políticas públicas locais e investir em sua formação profissional, além de apresentarem crescente protagonismo na defesa do meio ambiente.

Esse processo de organização autônoma, contudo, não ocorre sem tensões no cotidiano dessas mulheres. A ampliação de sua atuação política passa a disputar diretamente o tempo



historicamente destinado ao trabalho doméstico e ao cuidado, produzindo rearranjos internos na dinâmica familiar e comunitária.

Para várias mulheres, somam-se a esses tempos o da militância, que ocupa horas significativas em suas vidas. Quando fazem parte de uma associação ou de um movimento social, também precisam se dedicar ao trabalho político: participar de reuniões, formações e mobilizações, estudar, organizar as mulheres. Segundo Letícia Costa, do MST, muitas vezes a participação política começa a tomar o tempo dedicado às tarefas da casa, e isso faz com que se inicie uma disputa dos tempos das mulheres (SOF, 2016, p.12).

É nesse contexto que as mulheres do campo passam a consolidar seu protagonismo, ampliando a pauta de reivindicações para além do reconhecimento trabalhista e incorporando a denúncia das violências patriarcais presentes tanto no espaço público quanto no âmbito doméstico. Ao mesmo tempo, passam a exigir participação efetiva nas decisões relacionadas à produção agrícola, ao uso dos recursos da lavoura e ao gerenciamento da propriedade, tensionando estruturas familiares historicamente centralizadas na autoridade masculina e afirmando-se como sujeitos ativos na condução do projeto produtivo e da vida no meio rural (Siliprandi, 2009).

A organização política dessas mulheres pode ser compreendida sob a ótica dos novos movimentos sociais. Conforme teorizado por Maria da Glória Gohn (2011), diferente dos movimentos sociais tradicionais, que historicamente focaram na luta de classes e em demandas estritamente econômicas, os novos movimentos sociais emergem para dar voz a questões de identidade, cultura e cidadania cotidiana. No caso das mulheres camponesas, essa nova forma de mobilização se manifesta na busca por autonomia e no reconhecimento de suas especificidades de gênero e território.

Desse modo, ser mulher no campo deixa de representar apenas uma condição marcada por desigualdades históricas para constituir-se como fundamento de mobilização coletiva e de elaboração crítica sobre as relações entre trabalho, território, gênero e natureza. A experiência concreta das mulheres camponesas, atravessada pela responsabilidade com a produção de alimentos, pelo cuidado com a vida e pela preservação de saberes tradicionais, transforma-se em base política para a construção de alternativas ao modelo hegemônico de desenvolvimento rural. Ao articularem feminismo, agroecologia e defesa do território, essas mulheres não apenas reivindicam direitos, mas formulam um projeto de sociedade comprometido com a sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões.

A ecologia política surge como uma crítica necessária ao modelo econômico tradicional, que tenta colocar um preço em tudo o que existe na natureza. Essa visão ignora a disputa



desigual por recursos naturais e a incomensurabilidade dos recursos naturais. No caso das mulheres camponesas, essa teoria se torna realidade quando elas lutam para proteger suas terras contra o patriarcado, marcado por grandes empreendimentos que veem a natureza apenas como uma mercadoria ou insumo para o lucro.

A partir desse entendimento, o debate deixa de ser apenas sobre a preservação da natureza em si e passa a focar também na justiça socioambiental. Esse conceito surge para denunciar que os danos causados ao meio ambiente não atingem a todos de forma igual. Grupos com menor poder aquisitivo ou menor influência política costumam ser os mais prejudicados pela poluição e pela escassez de recursos. Por isso, a justiça socioambiental busca corrigir essa desigualdade, defendendo que o acesso a um ambiente saudável é um direito fundamental. Ela propõe que a gestão dos recursos naturais seja feita de maneira justa, garantindo que nenhum setor da sociedade seja sacrificado para sustentar o lucro ou o bem-estar dos outros, unindo a proteção ecológica à luta por direitos sociais e igualdade de oportunidades.

A resistência cotidiana dessas mulheres impulsiona processos de organização coletiva que visam romper com a ideologia patriarcal, redefinindo os papéis de gênero e as divisões de trabalho na sociedade rural. É fundamental destacar que suas lutas políticas não se pautam em uma narrativa de vitimização, tampouco na idealização de que as mulheres seriam as “salvadoras natas” da natureza ou as únicas responsáveis pela sustentabilidade. Pelo contrário, sua atuação é uma resposta política e prática às injustiças estruturais. Ao reivindicarem o reconhecimento de seus saberes e de sua autonomia, elas buscam contribuir ativamente para a transformação do mundo desigual em que vivem, integrando a defesa do meio ambiente à construção de relações sociais e de poder mais democráticas e equitativas (Siliprandi, 2009).

A trajetória das mulheres camponesas reafirma que a ecologia política e a justiça socioambiental não são conceitos estáticos, mas processos dinâmicos que se materializam na resistência cotidiana e na ocupação de novos espaços de poder. Ao equilibrarem a preservação de seus modos de vida com a inserção estratégica em arenas institucionais, essas mulheres desafiam a lógica mercantilista que reduz a natureza a capital e o trabalho feminino à invisibilidade. A sustentabilidade, sob essa ótica, deixa de ser uma meta técnica para tornar-se um projeto político de emancipação, no qual o reconhecimento de saberes tradicionais e a democratização dos recursos naturais são pilares indispensáveis. Em última análise, o protagonismo das trabalhadoras rurais demonstra que não há solução para a crise ambiental contemporânea que não passe pela redistribuição de poder e pela garantia de uma existência digna em seus territórios, consolidando a perspectiva de gênero como o elo vital para um



horizonte de justiça plena.

A construção da identidade dessas mulheres como sujeitos políticos evidencia um deslocamento fundamental dentro das dinâmicas do campo. A transição da condição de ajudante, no âmbito doméstico para a afirmação como agricultora e militante, reflete as transformações analisadas pelas novas teorias dos movimentos sociais. A organização coletiva, exemplificada por movimentos como o Movimento de Mulheres Camponesas, politiza o cuidado e o trabalho reprodutivo, integrando as demandas por igualdade de gênero à defesa do território e da soberania alimentar. Assim, a identidade camponesa feminina deixa de ser uma categoria meramente estatística para se tornar o fundamento de uma mobilização que questiona as estruturas patriarcais de poder e divisão sexual do trabalho.

Sob a ótica da ecologia política, as práticas das trabalhadoras rurais materializam um horizonte de justiça socioambiental. Ao protegerem sementes tradicionais e promoverem o manejo sustentável da terra, as mulheres camponesas oferecem uma resposta prática à desigualdade na distribuição dos danos ambientais. A sustentabilidade, nesse cenário, é compreendida como a preservação das condições necessárias para a manutenção da vida, onde o reconhecimento dos saberes tradicionais femininos é o pilar central. A integração entre o feminismo camponês e a agroecologia permite que a gestão dos recursos naturais seja pautada pela democratização do acesso à terra e pela valorização de modos de vida que resistem à lógica da mercadoria. Dessa forma, a articulação entre conhecimento técnico, vivência territorial e organização política demonstra que não há solução para a crise ambiental que não passe pela redistribuição de poder e pela visibilidade dos sujeitos que sustentam a reprodução da vida no campo. A experiência das mulheres camponesas reafirma que a sustentabilidade se constrói no cotidiano, transformando saberes ancestrais em instrumentos de incidência política e de transformação social, consolidando um projeto de sociedade voltado à justiça plena e ao equilíbrio dos ecossistemas.

Palavras-chave: Agroecologia; Direitos Humanos; Ecologia Política; Justiça Socioambiental; Mulheres Agricultoras.

REFERÊNCIAS

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: A produção do viver: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, p. 11-49, 2003;

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista brasileira de Educação**, v. 16, p. 333-361, 2011;



SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Mulheres do campo construindo autonomia:** experiências de comercialização. São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2016;

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003;

SILIPRANDI, Emma. **O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais.** Educação em Debate, v.2, n 44, p 106-110, 2002;

SILIPRANDI, Emma. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, Paulo (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 139-152;

SILVA, Delmira Santos da Conceição. **Mulheres camponesas e suas práticas agroecológicas:** embates socioeconômicos e socioambientais na Colônia Treze, Lagarto, SE / Delmira Santos da Conceição Silva; orientadora Maria José Nascimento Soares. – São Cristóvão, SE, 2023. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2023.